



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018-2019

Por este instrumento, e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, Sindicato dos Empregados no Comércio e Empregados de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Comércio de Birigui, inscrito no CNPJ sob nº 59.760.975/0001-60, Registro Sindical Processo nº 46219.000246/94-26, com endereço na Rua Antônio Simões, 71 - Centro, Birigui/SP, neste ato representado por seu Presidente Sr. Fausto Bigeli Rocha, inscrito no CPF/MF sob nº 312.408.738-08, tendo realizado Assembleia Geral Extraordinária nos dias de 20 a 22 do mês de junho de 2018, e de outro, como representante da categoria econômica, Sindicato do Comércio Varejista de Birigui, inscrito no CNPJ sob nº 91.100.998/0001-37, Registro Sindical Processo nº 012.022/1942 SR01810, com endereço na Avenida Governador Pedro de Toledo, 262 - Centro, Birigui/SP, neste ato representado por seu Presidente Sr. Maurício Pazian, inscrito no CPF/MF sob nº 125.923.468-13, celebram, na forma dos artigos 611 e seguintes da CLT, a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

1ª - REAJUSTE SALARIAL - Os salários fixos ou parte fixa dos salários mistos serão reajustados a partir de 1º de setembro de 2018, data-base da categoria profissional, mediante aplicação do percentual de 4,64% (quarto virgula sessenta e quatro por cento) incidente sobre os salários já reajustados em 1º de setembro de 2017, visando inovar nas relações de trabalho e valorização do salário.

Parágrafo 1º - Eventuais diferenças salariais poderão ser pagas juntamente com a folha de pagamento do mês de competência novembro de 2018, permitida a compensação de quaisquer valores que tenham sido antecipados no período, observado o disposto na cláusula nominada "COMPENSAÇÃO", bem como a proporcionalidade estabelecida na cláusula nominada "REAJUSTE SALARIAL DOS EMPREGADOS ADMITIDOS ENTRE 1º DE SETEMBRO/17 ATÉ 31 DE AGOSTO/18".

Parágrafo 2º - Os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária serão recolhidos na mesma época do pagamento das diferenças salariais referidas no parágrafo 1º desta cláusula.

2ª - REAJUSTE SALARIAL DOS EMPREGADOS ADMITIDOS ENTRE 1º DE SETEMBRO/17 ATÉ 31 DE AGOSTO/18 - O reajuste salarial será proporcional aos empregados admitidos a partir de 01 de setembro de 2017, e incidirá sobre o salário de admissão, na proporção e,



1/12 (um doze avos) do índices de reajuste previsto na cláusula "REAJUSTE SALARIAL E deste instrumento, para cada mês trabalhado.

Parágrafo único - O salário reajustado não poderá ser inferior ao piso salarial da função, conforme previsto nas cláusulas nominadas "PISOS SALARIAIS" e "REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL - REPIS".

3ª - COMPENSAÇÃO - Nos reajustamentos previstos nas cláusulas "REAJUSTE SALARIAL" e "REAJUSTE SALARIAL DOS EMPREGADOS ADMITIDOS ENTRE 1º DE SETEMBRO/17 ATÉ 31 DE AGOSTO/18" serão compensados, automaticamente, todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos e compulsórios, concedidos pela empresa no período compreendido entre 01/09/17 e a data de assinatura da presente norma, salvo os decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.

4ª - PISOS SALARIAIS - Ficam estipulados os seguintes pisos salariais, a vigor a partir de 01/09/18, desde que cumprida integralmente, ou compensada, a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme artigos 3º e 4º da Lei nº 12.790/13:

I- Empresas em geral

- a) empregados em geral.....R\$ 1.426,00
(um mil, quatrocentos e vinte e seis reais);
- b) operador de caixaR\$ 1.531,00
(um mil, quinhentos e trinta e um reais);
- c) faxineiro e copeiroR\$ 1.257,00
(um mil, duzentos e cinquenta e sete reais);
- d) office boy e empacotador..... R\$ 1.047,00
(um mil e quarenta e sete reais);
- e) garantia do comissionistaR\$ 1.673,00
(um mil, seiscentos e setenta e três reais);

II - Feirantes e ambulantes

- a) Empregados em geralR\$ 1.426,00
(um mil, quatrocentos e vinte e seis reais)

III- Micro Empreendedor Individual -MEI:

a) piso salarial de ingresso.....R\$ 1.165,00
(um mil, cento e sessenta e cinco reais);

b) empregados em geral.....R\$ 1.311,00
(um mil, trezentos e onze reais);

Parágrafo único - Fica vedado o pagamento abaixo do piso normativo, independentemente da jornada de trabalho e regime de contratação, salvo acordo ou convenção coletiva de trabalho, nos termos do art. 7º, V, VII e XIII da CF/88 e art. 3º e 4º da Lei nº 12.790/13.

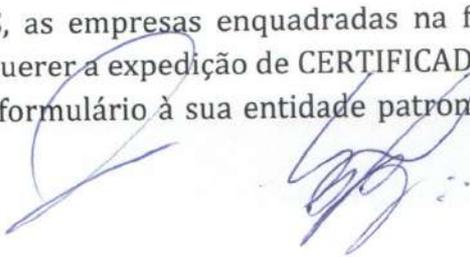
5ª - GARANTIA DO COMISSIONISTA - Aos empregados remunerados exclusivamente à base de comissões percentuais pré-ajustadas sobre as vendas (comissionistas puros) fica assegurada uma garantia de remuneração mínima, nela já incluído o descanso semanal remunerado, e que somente prevalecerá no caso das comissões auferidas em cada mês não atingirem o valor da garantia e se cumprida integralmente a jornada legal de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme artigos 3º e 4º, da Lei nº 12.790/13:

Parágrafo único - À garantia de remuneração mínima não serão incorporados abonos ou antecipações decorrentes de eventual legislação superveniente.

6ª - REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL (REPIS) - Objetivando dar tratamento diferenciado e favorecido às empresas de pequeno porte (EPP's) e microempresas (ME's), fica instituído o Regime Especial de Piso Salarial - REPIS, que se regerá pelas normas a seguir estabelecidas:

Parágrafo 1º - Considera-se para os efeitos desta cláusula, a pessoa jurídica que aufera receita bruta anual, nos seguintes limites: Empresa de Pequeno Porte (EPP) aquela com faturamento superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e Microempresa (ME) aquela com faturamento igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Na hipótese de legislação superveniente que vier a alterar esses limites, prevalecerão os novos valores fixados.

Parágrafo 2º - Para adesão ao REPIS, as empresas enquadradas na forma do caput e parágrafo 1º desta cláusula deverão requerer a expedição de CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS através do encaminhamento de formulário à sua entidade patronal representativa,





cujo modelo será fornecido por esta, devendo estar assinado por sócio da empresa e também pelo contabilista responsável e conter as seguintes informações:

a) razão social; CNPJ; Número de Inscrição no Registro de Empresas - NIRE; capital social | registrado na JUCESP; faturamento anual; número de empregados; Código Nacional de Atividades Econômicas - CNAE; endereço completo; identificação do sócio da empresa e contabilista responsável;

b) declaração de que a receita auferida no ano-calendário vigente ou proporcional ao mês da declaração permite enquadrar a empresa como MICROEMPRESA (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), no Regime Especial de Piso Salarial - REPIS:

c) compromisso e comprovação do cumprimento integral da presente Convenção Coletiva de Trabalho;

Parágrafo 3º - Constatado o cumprimento dos pré-requisitos pelas entidades sindicais profissional e patronal, deverão em conjunto, fornecer às empresas solicitantes, o CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS, no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da solicitação pelo sindicato patronal, devidamente acompanhada da documentação exigida. Em se constatando qualquer irregularidade, a empresa deverá ser comunicada para que regularize sua situação, também no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis.

Parágrafo 4º - A falsidade da declaração, uma vez constatada, ocasionará o desenquadramento da empresa do REPIS, sendo imputado à empresa requerente o pagamento de diferenças salariais existentes.

Parágrafo 5º - Atendidos todos os requisitos, as empresas receberão da entidade sindical patronal correspondente, sem qualquer ônus e com validade coincidente com a da presente norma coletiva, certificado de enquadramento no regime especial de piso salarial (CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS), que lhes facultará, até o vencimento da presente Convenção Coletiva, a prática de pisos salariais com valores diferenciados daqueles previstos na cláusula nominada "PISOS SALARIAIS", conforme o caso, a saber, incluindo a garantia do comissionista, como segue:

I - Empresas de Pequeno Porte (EPP)

a) piso salarial de ingresso.....R\$ 1.228,00
(um mil, duzentos e vinte e oito reais);

b) empregados em geral.....R\$ 1.369,00
(um mil, trezentos e sessenta e nove reais);

c) operador de caixa.....R\$ 1.472,00
(um mil, quatrocentos e setenta e dois reais);

d) faxineiro e copeiro.....R\$ 1.205,00
(um mil, duzentos e cinco reais);

e) office boy e empacotador.....R\$1.047,00
(um mil e quarenta e sete reais);

f) garantia do comissionista.....R\$ 1.608,00
(um mil, seiscentos e oito reais);

II - Microempresas (ME)

a) piso salarial de ingresso.....R\$ 1.165,00
(um mil, cento e sessenta e cinco reais);

b) empregados em geral.....R\$ 1.311,00
(um mil, trezentos e onze reais);

c) operador de caixa.....R\$ 1.425,00
(um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais);

d) faxineiro e copeiro.....R\$ 1.171,00
(um mil, cento e setenta e um reais);

e) office boy e empacotador.....R\$ 1.047,00
(um mil e quarenta e sete reais);

f) garantia do comissionista.....R\$ 1.531,00
(um mil, quinhentos e trinta e um reais);

III - Feirantes e Ambulantes

Empresas de Pequeno Porte (EPP)





a) piso salarial de ingresso.....R\$ 1.228,00
(um mil, duzentos e vinte e oito reais);

b) empregados em geral.....R\$ 1.369,00
(um mil, trezentos e sessenta e nove reais);

Microempresas (ME)

a) piso salarial de ingresso.....R\$ 1.165,00
(um mil, cento e sessenta e cinco reais);

b) empregados em geral.....R\$ 1.311,00
(um mil, trezentos e onze reais);

Parágrafo 6º - O piso salarial de ingresso será devido aos novos contratados, sem experiência, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da contratação, findo o qual esses empregados passarão a se enquadrar nas funções de nível salarial superior previstas nos incisos I, II e III respectivas alíneas, a critério da empresa, à exceção daquelas previstas nas letras “d” (faxineiro e copeiro) e “e” (office boy e empacotador), dos incisos I e II, segundo o enquadramento da empresa como EPP ou ME.

Parágrafo 7º - As empresas que protocolarem o formulário a que se refere o parágrafo 2º desta cláusula poderão praticar os valores do REPIS a partir da data do protocolo, ficando sujeitas ao deferimento do pleito. Em caso de indeferimento, deverão adotar os valores previstos na cláusula nominada "PISOS SALARIAIS", com aplicação retroativa a 1º de setembro de 2018.

Parágrafo 8º - O prazo para renovação da adesão ao REPIS, com efeitos retroativos à data base, será de até 90 (noventa) dias da assinatura desta Convenção.

Parágrafo 9º - A entidade patronal encaminhará mensalmente ao sindicato laboral, para fins estatísticos e de verificação em atos homologatórios, relação das empresas que receberam o **CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS**.

Parágrafo 10 - Em atos homologatórios de rescisão de contrato de trabalho e comprovação perante a Justiça Federal do Trabalho do direito ao pagamento dos pisos salariais previstos nesta cláusula, a prova do empregador se fará através da apresentação do CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS a que se refere o parágrafo 5º.

Parágrafo 11 - Nas homologações, eventuais diferenças no pagamento das verbas rescisórias, em decorrência da aplicação indevida do REPIS, quando apuradas, serão consignadas como ressalvas no Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho.

Parágrafo 12 - Fica vedado o pagamento abaixo do piso normativo, independentemente da jornada de trabalho e regime de contratação, salvo acordo ou convenção coletiva de trabalho, nos termos do art. 7º, V, VII e XIII da CF/88 e art. 3º e 4º da Lei nº 12.790/13.

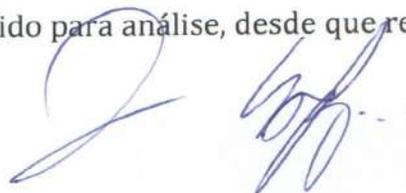
7ª - JORNADA NORMAL DE TRABALHO - Atendido ao disposto no artigo 3º da Lei nº 12.790/2013, a jornada normal dos empregados comerciais não excederá 44 (quarenta e quatro) horas semanais, respeitado o limite mínimo de 06 (seis) horas diárias e 36 (trinta e seis) horas semanais.

Parágrafo único - Jornadas diversas das previstas no caput, com exceção da jornada noturna, somente serão admitidas mediante celebração de TERMO ADITIVO, o qual deverá ser firmado pela empresa interessada, nos termos previstos na cláusula nominada "ACORDOS COLETIVOS".

8ª - JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO: Fica instituído o Regime de Jornadas Especiais, ao qual a empresa interessada poderá formalizar sua adesão, o que se regerá pelas normas a seguir:

Parágrafo 1º — Para adesão as empresas deverão requerer expedição de TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, para cada estabelecimento interessado, solicitando via ofício dirigido às entidades, contendo as seguintes informações:

- a) razão social; CNPJ; Código Nacional de Atividades Econômicas — CNAE; endereço completo, número de empregados no estabelecimento e identificação do responsável pelo estabelecimento;
- b) declaração de compromisso e comprovação do cumprimento das cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho;
- c) Cópia da GFIP do mês anterior ao de solicitação;
- d) enviar previamente horário pretendido para análise, desde que respeitados os seguintes preceitos:





1- jornada respeitando os limites previstos nos artigos 58 e 71 ambos da CLT e Lei 12.790/2013;

2- para trabalho em escalas de revezamento deve ser respeitado a folga no mínimo 6x1 (seis dias de trabalho por um de folga);

3- folgas aos domingos de acordo com a Lei 10.101/2000 em seu artigo 6º, parágrafo único e artigo 386 da CLT, para mulheres, sem prejuízo da folga regular pela escala.

Parágrafo 2º — Constatado o cumprimento dos pré-requisitos pelas entidades sindicais profissional e patronal, deverão em conjunto, fornecer às empresas solicitantes, o certificado, no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da solicitação. Em se constatando qualquer irregularidade, a empresa deverá ser comunicada para que regularize sua situação, também no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis.

Parágrafo 3º - O descumprimento desta cláusula ocasionará a suspensão do direito à Jornada Especiais de Trabalho e obrigará os sindicatos convenientes, em conjunto, à convocação da empresa objetivando a regularização da situação, sob pena da revogação da autorização concedida.

Parágrafo 4º - Os efeitos das autorizações para Adesão ao Regime de Jornadas Especiais de Trabalho gerarão efeitos a partir da expedição do certificado e prevalecerão até o final da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo 5º - A prática de Jornadas Especiais de Trabalho sem a devida Autorização dará ensejo ao pagamento da multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por empregado, a favor deste, uma única vez, na vigência desta Convenção.

Parágrafo 6º - Para custeio da assessoria relativa à emissão do termo aditivo a empresa pagará uma taxa no valor de 15% do salário normativo por empregado.

Parágrafo 7º - As empresas beneficiadas pelo disposto nesta cláusula estão desobrigadas a cumprir o calendário de abertura do comércio previsto na cláusula "CALENDÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO 2019".

9ª- COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO — BANCO DE HORAS — CLÁUSULA POR ADESÃO: Fica instituído o Regime Especial de Compensação de Horas, nos termos do



parágrafo 2º do artigo 59 da CLT, ao qual os estabelecimentos das empresas interessadas poderão formalizar sua adesão, que se regerá pelas normas a seguir estabelecidas:

Parágrafo 1º - Para adesão as empresas deverão requerer expedição de TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, para cada estabelecimento interessado, solicitando via ofício dirigido às entidades, contendo as seguintes informações:

- a) razão social; CNPJ; Código Nacional de Atividades Econômicas — CNAE; endereço completo, número de empregados no estabelecimento e identificação do responsável pelo estabelecimento;
- b) declaração de compromisso e comprovação do cumprimento das cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho.
- c) Cópia da GFIP do mês anterior ao da solicitação;

Parágrafo 2º - Constatado o cumprimento dos pré-requisitos pelas entidades sindicais profissional e patronal, deverão em conjunto, fornecer às empresas solicitantes, O Certificado, no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da solicitação. Em se constatando qualquer irregularidade, a empresa deverá ser comunicada para que regularize sua situação, também no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis.

Parágrafo 3º - A falsidade de declaração ou descumprimento desta cláusula ocasionará a suspensão do direito à compensação e obrigará os sindicatos convenentes, em conjunto, à convocação da empresa objetivando a regularização da situação, sob pena da revogação da autorização concedida, sendo imputado à empresa o pagamento das diferenças salariais apuradas.

Parágrafo 4º - Os efeitos das autorizações para Adesão ao Banco de Horas gerarão efeitos a partir da expedição do certificado e prevalecerão até o final da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo 5º - As empresas autorizadas deverão atender as seguintes condições mínimas:

- a) na forma do disposto nos parágrafos 2º e 3º, do art. 59 da CLT, não estarão sujeitas a acréscimo salarial as horas suplementares trabalhadas, limitadas a 02 (duas) horas diárias, desde que compensadas dentro de 06 (seis) meses, contados a partir da data do trabalho



extraordinário, na proporção de 1:00 (uma) hora trabalhada por 1:36 (uma hora e trinta e seis minutos) de descanso;

b) as horas extras trabalhadas, não compensadas dentro do prazo previsto, ficam sujeitas à incidência do adicional de 60% (sessenta por cento), sobre o valor da hora normal;

c) não estão sujeitas à compensação as horas trabalhadas aos domingos e feriados, que deverão ser remuneradas de acordo com a cláusula "TRABALHOS EM FERIADOS";

c) as regras constantes desta cláusula serão aplicáveis no caso do menor, ao trabalho em horário diurno, isto é até às 22h (vinte e duas horas), obedecido, porém, o disposto no inciso I do art. 413 da CLT;

d) na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica vedado descontar do empregado o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas.

e) manifestação de vontade por escrito, por parte do empregado, assistido o menor pelo seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo, que deverá ser mantido em arquivo da empresa, que terá o prazo de 10 dias para apresentá-los, se solicitados pelos sindicatos convenientes;

f) para o controle das horas extras e respectivas compensações, ficam os empregadores obrigados a fazer constar do recibo de pagamento ou em outro documento específico, entregue mensalmente, O montante das horas extras laboradas no mês, as horas extras compensadas e o saldo eventualmente existente para compensação;

Parágrafo 6º - As Adesões para a Compensação de Horário de Trabalho, para o próximo período convencional, conforme previsto no Parágrafo 1º desta cláusula, poderão ser efetuadas a partir de 1º de setembro de 2018 até a assinatura da próxima Convenção, nos termos do Parágrafo Único da cláusula que estabelece a vigência desta CCT, quando passarão a vigorar os novos prazos e condições que vierem a ser estabelecidos.

Parágrafo 7º - Para custeio da assessoria relativa à emissão do termo aditivo a empresa pagará uma taxa no valor de 15% do salário normativo por empregado.

Parágrafo 8º - A prática do Banco de Horas sem a devida Autorização dará ensejo ao pagamento da multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por empregado, a favor deste, uma única vez, na vigência desta Convenção.



Parágrafo 9º - A emissão do termo aditivo a CCT mesmo que cumpridos todos os requisitos ficará vinculado a aprovação por assembleia a ser realizada junto aos trabalhadores da empresa.

Parágrafo 10º - O disposto nesta cláusula regula a compensação de horário prevista no artigo 59, parágrafo 2º, 5º e 6º da CLT.

10- QUEBRA DE CAIXA - O empregado que exercer a função de operador de caixa nas empresas em geral terá direito ao pagamento por quebra de caixa, no mês em que houver a ocorrência, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais), a partir de 1º de setembro de 2018, importância que será paga juntamente com o seu salário.

Parágrafo 1º - A conferência dos valores do caixa será sempre realizada na presença do respectivo operador e, se houver impedimento por parte da empresa, ficará aquele isento de qualquer responsabilidade.

Parágrafo 2º - As empresas que não descontam de seus empregados as eventuais diferenças de caixa não estão sujeitas ao pagamento do valor título de quebra de caixa previsto no caput desta cláusula.

11 - REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS DO COMISSIONISTA PURO - O acréscimo salarial das horas extras, em se tratando de comissionista puro, será calculado tomando-se por base o valor das comissões auferidas no mês (I) ou adotando-se, como referência, o valor da garantia mínima do comissionista (II), o que for maior, obedecidas as seguintes regras:

I - Quando o valor das comissões auferidas no mês for superior ao valor da garantia mínima do comissionista:

- a)** apura-se o montante total das comissões auferidas no mês;
- b)** divide-se o montante total das comissões auferidas no mês pelo número correspondente à soma das 220 (duzentos e vinte) horas normais e das horas extraordinárias trabalhadas no mês. O resultado equivalerá à média horária das comissões;
- c)** multiplicar o valor apurado na alínea "b" por 0,60 (zero vírgula sessenta), conforme percentual previsto na cláusula nominada "REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS". O resultado é o valor do acréscimo;

d) multiplicar o valor apurado na alínea “c” pelo número de horas extras laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras.

II - Quando o valor das comissões auferidas no mês for inferior ao valor da garantia mínima do comissionista:

a) divide-se o valor da garantia mínima por 220 (duzentos e vinte), obtendo-se a média horária;

b) multiplica-se o valor apurado na alínea “a” por 1,60 (um vírgula sessenta), conforme percentual previsto na cláusula nominada “REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS”. O resultado é o valor da hora extraordinária;

c) multiplica-se o valor apurado na alínea “b” pelo número de horas extras laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras.

12 - REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS DO COMISSIONISTA MISTO - O acréscimo salarial das horas extras, em se tratando de comissionista misto, equivalerá à soma dos resultados obtidos nos incisos 1 e II, que serão calculados da seguinte forma:

I- Cálculo da parte fixa do salário:

a) divide-se o valor correspondente à parte fixa do salário por 220 (duzentos e vinte), obtendo-se a média horária;

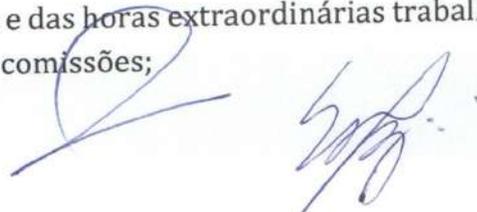
b) multiplica-se o valor apurado na alínea “a” por 1,60 (um vírgula sessenta), conforme percentual previsto na cláusula nominada “REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS”. O resultado é o valor da hora extraordinária;

c) multiplica-se o valor apurado na alínea “b” pelo número de horas laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras da parte fixa do salário.

II - Cálculo da parte variável do salário:

a) apura-se o montante total das comissões auferidas no mês;

b) divide-se o montante total das comissões auferidas no mês pelo número correspondente à soma das 220 (duzentos e vinte) horas normais e das horas extraordinárias trabalhadas no mês. O resultado equivalerá à média horária das comissões;



c) multiplica-se o valor apurado na alínea "b" por 0,60 (zero vírgula sessenta), conforme percentual previsto na cláusula nominada "REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS". O resultado é o valor do acréscimo;

d) multiplica-se o valor apurado na alínea "c" pelo número de horas laboradas no mês. O resultado obtido equivale ao acréscimo salarial das horas extras da parte variável do salário.

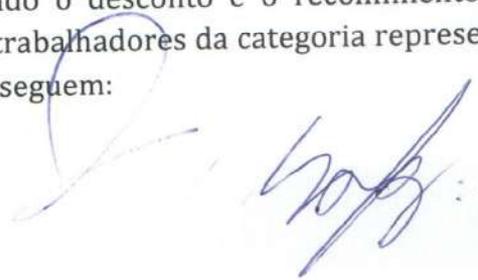
13 - REMUNERAÇÃO DO REPOUSO SEMANAL DOS COMISSIONISTAS - A remuneração do repouso semanal dos comissionistas será calculada tomando-se por base o total das comissões auferidas durante o mês, dividido por 25 (vinte e cinco) e multiplicado o valor encontrado pelos domingos e feriados a que fizerem jus, atendido o disposto no art. 6º, da Lei n.º 605/49.

14 - VERBAS REMUNERATÓRIAS E INDENIZATORIAS DOS COMISSIONISTAS - O cálculo da remuneração das férias, do aviso prévio, do afastamento dos 15 (quinze) primeiros dias por motivo de doença ou acidente de trabalho e do 13º salário dos comissionistas, inclusive na rescisão contratual, terá como base a média das remunerações dos 06 (seis) últimos meses anteriores ao mês de pagamento.

15 - NÃO INCORPORAÇÃO DE CLÁUSULAS COMO DIREITO ADQUIRIDO - As garantias previstas nas cláusulas nominadas, "PISOS SALARIAIS", "GARANTIA DO COMISSIONISTA" "REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL (REPIS)" não se constituirão, sob qualquer hipótese, em salários fixos ou parte fixa dos salários, não estando sujeitas aos reajustes previstos nas cláusulas nominadas "REAJUSTE SALARIAL" e "REAJUSTE SALARIAL DOS EMPREGADOS ADMITIDOS ENTRE 1º DE SETEMBRO/17 ATÉ 31 DE AGOSTO/18".

16 - REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS - As horas extras diárias serão remuneradas com o adicional de 60% (sessenta por cento), incidindo o percentual sobre o valor da hora normal.

17 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS - Ratificada na Assembleia que deliberou sobre os termos da presente norma coletiva e devidamente aprovada e expressamente autorizada na Assembleia Geral Extraordinária especificamente realizadas anualmente para este fim, foi aprovado o desconto e o recolhimento da Contribuição Assistencial a ser cobrada de todos os trabalhadores da categoria representada, associados ou não ao sindicato, nas condições que seguem:





Parágrafo 1º - Exceto na competência em que ocorrer o desconto da contribuição sindical conforme disposição legal, as empresas descontarão a título de contribuição assistencial, estabelecidas nas assembleias acima citadas, mensalmente em folha de pagamento no percentual equivalente a 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) dos salários mensais, cujo limite de desconto de cada empregado não poderá ultrapassar a: R\$ 50,00 (cinquenta reais) por mês, devendo ser recolhida impreterivelmente até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto;

Parágrafo 2º - O recolhimento deverá ser feito através de guia ou boleto fornecidos pelo sindicato profissional da categoria;

Parágrafo 3º - A contribuição assistencial abrangerá todos os trabalhadores por integrarem a categoria profissional representada, beneficiários da presente norma coletiva filiados ou não, garantindo-se o direito de oposição, através de formulário específico a ser disponibilizado pelo sindicato profissional no ato da manifestação pessoal da oposição que deverá ser feito pessoalmente na sede da entidade sindical, com apresentação de documento com fotografia e CTPS ou holerite, em até 15 (quinze) dias antes do pagamento mensal dos salários, na sede do respectivo sindicato representante da categoria profissional, não tendo, ainda, efeito retroativo para devolução dos valores já descontados.

Parágrafo 4º - O empregado em poder do formulário de oposição protocolizado pela entidade sindical, deverá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, apresentá-lo ao empregador ou seu escritório contábil, para que não se efetuem os descontos convencionados, desde que, efetuado na forma prevista nesta cláusula.

Parágrafo 5º - Quando inexistir oposição manifestada pelo trabalhador, nos moldes daquilo decidido na assembleia e presente cláusula, a empresa será responsável pelo desconto e devido recolhimento.

Parágrafo 6º - Na hipótese do não recolhimento ou caso seja efetuado fora do prazo, fica estabelecido que o mesmo deva ser acrescido de multa no importe de 2% (dois por cento), nos trinta primeiros dias, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária.

Parágrafo 7º - Está cláusula é de responsabilidade exclusiva do sindicato profissional.

18 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - Conforme deliberado na Assembleia Geral que autorizou a celebração da presente Convenção, aplicável aos integrantes da

categoria econômica, restou instituída uma contribuição destinada ao custeio das negociações coletivas, conforme a seguinte tabela:

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO VALOR ESTADO DE SÃO PAULO	VALOR
ATÉ 360 MIL	R\$ 406,00
ACIMA DE 360 MIL ATÉ 3,6 MILHÕES	R\$ 813,00
ACIMA 3,6 MILHÕES	R\$ 1.714,00
INTEGRANTES DA CATEGORIA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES	R\$ 198,00
MEI	ISENTO

OBS: Para identificar o valor que deverá ser pago, considerar os valores de faturamento bruto do exercício anterior.

Parágrafo 1º - O recolhimento deverá ser efetuado, exclusivamente, em agências bancárias, em impresso próprio, que será fornecido à empresa pela entidade sindical patronal correspondente, no qual constará a data do vencimento.

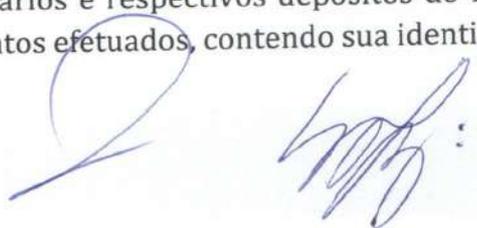
Parágrafo 2º - Dos valores recolhidos nos termos desta cláusula, 20% (vinte por cento) será atribuído à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - FECOMERCIO SP.

Parágrafo 3º - Nos municípios não abrangidos por sindicatos representativos das mi econômicas a contribuição será integralmente recolhida a favor da Federação do E de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - FECOMERCIO SP.

Parágrafo 4º - O recolhimento da contribuição assistencial patronal efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo 1º será acrescido da multa de 2% (dois por cento), além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo 5º - Esta contribuição abrange todos os estabelecimentos, seja matriz ou filiais. Os valores a serem recolhidos obedecerão às tabelas contidas nesta cláusula.

19 - COMPROVANTES DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS - As empresas ficam obrigadas a fornecer comprovantes de pagamento dos salários e respectivos depósitos do FGTS, com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo sua identificação e a do empregado.





20 - CHEQUES DEVOLVIDOS - É vedado às empresas descontar do empregado as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos, desde que o mesmo tenha cumprido os procedimentos e normas pertinentes ou ocorrer a devolução das mercadorias, aceita pela empresa.

Parágrafo único - A empresa deverá, por ocasião da ativação do empregado em função que demande o recebimento de cheques, dar conhecimento por escrito ao mesmo dos procedimentos e normas pertinentes a que se refere o caput desta cláusula.

21 - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS POR MEIO DE CHEQUES - Quando o empregador efetuar o pagamento dos salários por meio de cheques, deverá conceder ao empregado, no curso da jornada e no horário bancário, o tempo necessário ao desconto do cheque, que não poderá exceder de 30 (trinta) minutos.

22 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS - Atendida a ordem de prioridade estabelecida no artigo 12, 88 1º e 2º do Decreto nº 27.048/49 e entendimento da Súmula n.º 15 do TST, serão reconhecidos os atestados e/ou declarações, médicos ou odontológicos, firmados por profissionais habilitados junto ao sindicato profissional ou por médicos e/ou odontólogos dos órgãos da saúde estadual ou municipal, desde que estes mantenham convênio com o órgão oficial competente da Previdência Social ou da Saúde.

Parágrafo único - Os atestados médicos deverão obedecer aos requisitos previstos na Portaria MPAS 3.291/84, devendo constar, inclusive, o diagnóstico codificado, conforme o Código Internacional de Doenças (CID), nesse caso, com a concordância do empregado, bem como deverão ser apresentados à empresa em até 05 (cinco) dias de sua emissão.

23 - GARANTIA DE EMPREGO DO FUTURO APOSENTADO - Fica assegurada aos empregados em geral, em vias de aposentadoria, nos prazos mínimos legais, nos termos do art. 188 do Decreto nº 3.048/99 (redação dada pelo Decreto nº 4.729/03), garantia de emprego, como segue:

TEMPO DE TRABALHO NA MESMA EMPRESA	ESTABILIDADE
20 anos ou mais	02 anos
10 anos ou mais	01 ano
05 anos ou mais	06 meses

Parágrafo 1º - Para a concessão das garantias acima, o empregado deverá apresentar extrato de informações previdenciárias, nos termos do art. 130 do Decreto nº 6.722/08, que ateste, o período faltante para a implementação do direito ao benefício. A contagem da estabilidade inicia-se a partir da apresentação do comprovante pelo empregado, limitada ao tempo que faltar para aposentar-se.

Parágrafo 2º - A concessão prevista nesta cláusula, não se aplica nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão, podendo ser substituída por uma indenização correspondente aos salários do período não implementado da garantia.

Parágrafo 3º - Na hipótese de dispensa sem justa causa, o empregado deverá apresentar à empresa o extrato de informações previdenciárias, dentro de 30 (trinta) dias após a data do recebimento do aviso prévio, sob pena de decadência do direito previsto nesta cláusula.

Parágrafo 4º - Na hipótese de legislação superveniente que vier a alterar as condições para aposentadoria em vigor, esta cláusula ficará sem efeito.

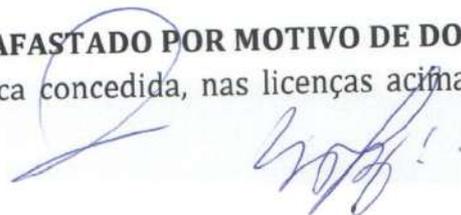
24 - ESTABILIDADE DA GESTANTE - Fica assegurada estabilidade provisória à gestante, desde a confirmação da gravidez até 75 (setenta e cinco) dias após o término da licença maternidade.

Parágrafo único - Na hipótese de dispensa sem justa causa, a empregada deverá apresentar à empresa atestado médico comprobatório da gravidez durante o aviso prévio trabalhado ou indenizado, sob pena de perda do direito à estabilidade adicional de 75 (setenta e cinco) dias prevista no caput desta cláusula.

25 - GARANTIA DE EMPREGO AO COMERCIÁRIO EM IDADE DE PRESTAR O SERVIÇO MILITAR - Fica assegurada garantia provisória de emprego ao comerciário em idade de prestar serviço militar obrigatório, inclusive Tiro de Guerra, a partir da data do alistamento compulsório, desde que este seja realizado no período de 02 de janeiro até 30 de junho do ano em que o alistando completar 18 (dezoito) anos, até 30 (trinta) dias após o término do serviço militar ou da dispensa de incorporação, o que primeiro ocorrer.

Parágrafo único - Estarão excluídos da hipótese prevista no caput desta cláusula os refratários, omissos, desertores e facultativos.

26 - GARANTIA DE EMPREGO AO EMPREGADO AFASTADO POR MOTIVO DE DOENÇA - Ao empregado afastado por motivo de doença fica concedida, nas licenças acima de 15



(quinze) dias, a partir da alta previdenciária, garantia de emprego ou salário por período igual ao do afastamento até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

27 - DIA DO COMERCIÁRIO - Pelo Dia do Comerciante - 30 de outubro -, será concedida ao comerciante que pertencer ao quadro de trabalho da empresa nesse dia, uma gratificação correspondente a 01 (um) ou 02 (dois) dias da sua respectiva remuneração mensal auferida no mês de outubro de 2018, a ser paga juntamente com esta, conforme proporção abaixo:

- a) até 90 (noventa) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado não faz jus ao benefício;
- b) de 91 (noventa e um) dias até 180 (cento e oitenta) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 01 (um) dia;
- c) acima de 181 (cento e oitenta e um) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 02 (dois) dias;
- d) havendo 05 (cinco) faltas injustificadas durante vigência da norma, perderá 50% (cinquenta por cento) do benefício;
- e) havendo 0 (zero) faltas injustificadas durante a vigência da norma, o empregado fará jus a acréscimo 15% (quinze por cento) no valor do benefício, pagos em dinheiro.

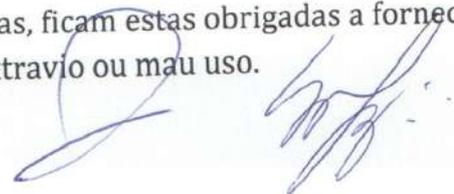
Parágrafo 1º - Fica facultado às partes, de comum acordo, converter a gratificação em dinheiro por descanso, obedecida a proporcionalidade acima, durante a vigência da presente Convenção.

Parágrafo 2º - A gratificação prevista no caput deste artigo fica garantida aos Empregados em gozo de férias e às empregadas em gozo de licença maternidade.

28 - VEDAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DURANTE O AVISO PRÉVIO

Durante o prazo de aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por exercentes de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, inclusive transferência de local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

29 - FORNECIMENTO DE UNIFORMES - Quando o uso de uniformes, equipamentos de segurança, macacões especiais, for exigido pelas empresas, ficam estas obrigadas a fornecê-los gratuitamente aos empregados, salvo injustificado extravio ou mau uso.



30 - INÍCIO DAS FÉRIAS - O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias já compensados.

31 - COINCIDÊNCIA DAS FÉRIAS COM ÉPOCA DO CASAMENTO - Fica facultado ao empregado gozar férias no período coincidente com a data de seu casamento, condicionada a faculdade a não coincidência com o mês de pico de vendas da empresa, por ela estabelecido, e comunicação com 60 (sessenta) dias de antecedência.

32 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA - A empresa proporcionará assistência jurídica integral ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder a ação penal por ato praticado no desempenho normal das suas funções e na defesa do patrimônio da empresa.

33 - ABONO DE FALTA À MÃE COMERCÍARIA - A comerciária que deixar de comparecer ao serviço para acompanhamento em consultas médicas de seus filhos menores de 14 (quatorze) anos, ou inválidos/incapazes, no limite de uma por mês, e em casos de internações, devidamente comprovadas nos termos da cláusula nominada "ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS", terá suas faltas abonadas até o limite máximo de 15 (quinze) dias, durante o período de vigência da presente Convenção.

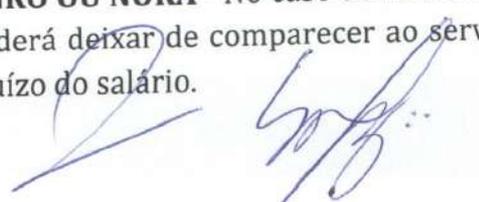
Parágrafo único - O direito previsto no caput somente será extensivo ao pai comerciário, se o mesmo comprovar sua condição de único responsável.

34 - ABONO DE FALTA AO COMERCÍARIO ESTUDANTE - O empregado estudante que deixar de comparecer ao serviço para prestar exames finais que coincidam com o horário de trabalho ou, no caso de vestibular, terá suas faltas abonadas desde que, em ambas as hipóteses, haja comunicação prévia às empresas com antecedência de 05 (cinco) dias e com comprovação posterior.

35 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - Fica vedada a celebração de contrato de experiência quando o empregado for readmitido para o exercício da mesma função na empresa.

36 - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE) - As empresas concederão no decorrer do mês, um adiantamento de salário aos empregados, ressalvada a hipótese do fornecimento concomitante de "vale-compra" ou qualquer outro por elas concedidos, prevalecendo, nesses casos, apenas um deles.

37 - FALECIMENTO DE SOGRO OU SOGRA, GENRO OU NORA - No caso de falecimento de sogro ou sogra, genro ou nora, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço nos dias do falecimento e do sepultamento, sem prejuízo do salário.



38 - AUXÍLIO FUNERAL - Na ocorrência de falecimento de empregado, as empresas indenizarão o beneficiário com valor equivalente a 01 (um) salário normativo dos empregados em geral, conforme previsto nas cláusulas nominadas "PISO SALARIAL" e "REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL (REPIS)", para auxiliar nas despesas com o funeral.

Parágrafo único - As empresas que tenham seguro para a cobertura de despesas com funeral em condições mais benéficas, ficam dispensadas da concessão do pagamento do benefício previsto no caput desta cláusula.

39 - DESPESAS PARA RESCISÃO CONTRATUAL - As empresas ficam obrigadas a fornecer refeição e transporte aos empregados que forem chamados para homologação da rescisão contratual fora da cidade onde prestavam seus serviços.

40 - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA - Fica instituída a Comissão de Conciliação Prévia, a que se refere o artigo 625-A da Lei 13.467/2017, cujo objetivo é conciliar os conflitos individuais de trabalho e prestar assistência nos atos rescisórios, quitação anual das verbas contratuais dos empregados do comércio abrangidos por esta Convenção.

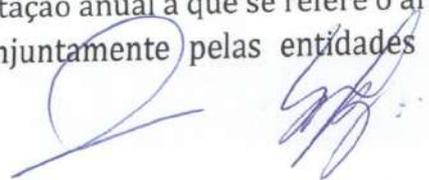
Parágrafo 1º: A Comissão de Conciliação prévia será composta por igual número de representantes do Sindicato dos Empregados no Comércio de e pelo Sindicato Do Comércio Varejista De Birigui, por pessoa habilitada para realização de cálculos e por pessoa habilitada como conciliador.

Os serviços oferecidos serão:

1) RESCISÃO ASSISTIDA - As partes que aderirem deverão ser assistidas conjuntamente pelas entidades sindicais representantes das categorias econômica e profissional para ocasião da rescisão do contrato de trabalho, que firmarão respectivo Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho - TRCT, na sede de qualquer uma das entidades, outorgando quitação geral por todas as verbas constantes no documento, nada mais podendo o empregado reclamar ou cobrar, seja na via administrativa ou judicial, ficando por extintas e quitadas as verbas discriminadas.

Parágrafo único: Para custeio da assessoria relativa à Rescisão Assistida a empresa pagará uma taxa no valor de 15% do salário normativo por empregado.

2) TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL - O termo de quitação anual a que se refere o artigo 507-B da Lei 13.467/2017, deverá ser assistido conjuntamente pelas entidades sindicais



representantes das categorias econômica e profissional, que firmarão respectivamente Termo de Quitação Anual, na sede de qualquer uma das entidades, outorgando quitação geral por todas as verbas constantes no documento, nada mais podendo o empregado reclamar ou cobrar, seja na via administrativa ou judicial, ficando por extintas e quitadas as verbas discriminadas, servindo de instrumento de prova, no caso de ser ajuizada ação trabalhista.

Parágrafo 1º - Para isso a empresa deverá entrar em contato com o Sindicato Laboral, e marcar o horário para os termos, com uma semana de antecedência, no mínimo;

Parágrafo 2º - A empresa terá que apresentar aos Sindicatos, extrato analítico do contrato de trabalho, cópias dos recibos de pagamento, recibos de férias e 1/3, comprovante de recolhimento da previdência social, de todo o período rescindendo e/ou contratual.

Parágrafo 3º - Para a homologação do Termo Anual de Quitação a empresa pagará uma taxa no valor de 20% do salário normativo por empregado.

Parágrafo 4º - A quitação expressa no Termo de Quitação Anual será relativa apenas às verbas, valores e rubricas expressos no documento, servindo de instrumento de prova, no caso de ser ajuizada ação trabalhista.

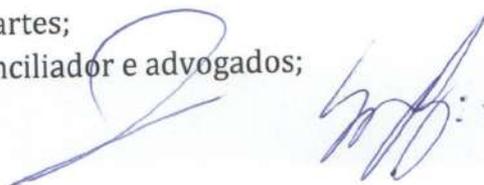
3) SESSÃO DE CONCILIAÇÃO - As sessões de conciliação prévia a que se refere o artigo 625-A da CLT, deverá ser assistido conjuntamente por profissionais das entidades sindicais representantes das categorias econômica e profissional, conduzida por pessoa habilitada como Conciliador, que conduzirá sessão de conciliação, com respectivo termo, na sede de qualquer uma das entidades.

Parágrafo 1º - Fica convencionado que qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia, na localidade da prestação de serviços.

Parágrafo 2º - A demanda será formulada por escrito ou reduzida a termo por qualquer membro, sendo enviado cópia datada ao interessado, para comparecimento a sessão de conciliação, devendo ser realizado no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da provocação do interessado.

Parágrafo 3º - Os termos de tentativa de conciliação frustradas ou conciliadas deverão conter:

- I- O nome, profissão, estado civil, e domicílio das partes;
- II- O nome, profissão, estado civil e domicílio do conciliador e advogados;





III- As verbas contratuais ou rescisórias que serão objeto da conciliação e forma de pagamento;

IV- Data e local da sessão;

V- Deverá ser assinada por todas as partes presentes;

VI- As partes poderão ser acompanhados de advogados particulares;

Parágrafo 4º - Não prosperando a conciliação, será fornecido ao empregado e empregador termo da tentativa conciliatória frustrada com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da Comissão, que deverá ser juntada a eventual Reclamação trabalhista.

Parágrafo 5º - Aceita a conciliação, será lavrado o termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou preposto e pelos membros da comissão, fornecendo cópia as partes.

Parágrafo 6º - O termo lavrado terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, servindo de instrumento de prova, no caso de ser ajuizada ação trabalhista.

Parágrafo 7º - Para a sessão de conciliação a empresa pagará uma taxa no valor de 20% do salário normativo por empregado.

41 - CALENDÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO 2019 - O funcionamento do comércio em datas especiais, sua duração e a compensação do horário de trabalho dos comerciários, obedecido o disposto no art. 59, parágrafos 1º a 3º, e demais disposições pertinentes da CLT, desta convenção e legislação municipal correspondente, respeitadas as convenções e/ou acordos coletivos existentes nas localidades, bem como o disposto no parágrafo 7º desta cláusula, ficam autorizados no seguinte calendário de datas especiais aprovado pelas entidades signatárias, obedecido o período de onze horas consecutivas para descanso:

a) dia das mães:

-dia 10/05: aberto das 08:30 às 22:00 horas;

-dia 11/05: aberto das 09:00 às 16:00 horas;

b) dia dos namorados:

-dia 11/06: aberto das 08:30 às 22:00 horas;

c) dia dos pais:



- dia 09/08: aberto das 08:30 às 22:00 horas;
- dia 10/08: aberto das 09:00 às 16:00 horas;

d) independência do Brasil:

- dia 06/09: aberto das 08:30 às 22:00 horas;

e) dia das crianças:

- dia 11/10: aberto das 08:30 às 22:00 horas;

f) black friday:

- dia 29/11: aberto das 08:30 às 22:00 horas;

g) festas natalinas:

- dias 06, 09, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18,19, 20 e 23/12: aberto das 09:00 às 22:00 horas;
- dias 07, 14 e 21/12: aberto das 09:00 às 16:00 horas;
- dia 24/12: aberto das 09:00 às 16:00 horas;
- dia 26/12: aberto das 12:00 às 18:00 horas;
- dia 28/12: aberto das 09:00 às 14:00 horas;
- dia 31/12: aberto das 09:00 às 14:00 horas;
- dia 02/01/2020: fechado

Parágrafo 1º - Os demais dias não relacionados neste calendário deverão ser laborados em horário normal, considerando-se para isso das 08:30 às 18:00hs de segunda à sexta-feira e das 08:30 às 14:00hs aos sábados.

Parágrafo 2º - Nos domingos e feriados (inclusive dia 05/03 - carnaval) não relacionados nesta cláusula o comércio deverá permanecer fechado, sendo possível solicitar autorização para abertura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que seja respeitado o disposto na Lei Municipal nº 5.526/2012.

Parágrafo 3º - Fica permitido a compensação de 50% (cinquenta por cento) das horas extras laboradas de segunda a sábado referentes às festas natalinas. Não fará parte da compensação o horário reduzido do dia 26/12/2018, devendo ser considerado como laborado

integralmente para efeito de jornada de trabalho e o dia 02/01/2019 em que o comércio estará fechado compensará 06 (seis) horas trabalhadas do horário especial de Dezembro.

Parágrafo 4º - As horas extras laboradas de segunda a sábado deverão ser remuneradas com adicional de 60% (sessenta por cento) não sendo permitida a compensação, exceto mediante termo aditivo específico desta cláusula.

Parágrafo 5º - Fica proibido o trabalho de menores e mulheres gestantes nos horários especiais constantes deste calendário, exceto se os próprios interessados se manifestarem, por escrito, no sentido contrário, assistido o menor pelo seu representante legal.

Parágrafo 6º - O disposto nesta cláusula não se aplica às atividades do comércio cuja permissão para o trabalho se rege pelo artigo 7º do decreto nº 27.048/49, que regulamentou a Lei nº 605/49,

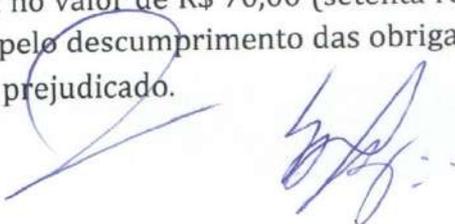
Parágrafo 7º - As empresas deverão conceder intervalo para descanso e alimentação de 2 (duas) horas no almoço e 1 (uma) hora para janta. Na impossibilidade de concessão, as horas deverão ser consideradas como extraordinárias, sendo remuneradas de acordo com os parágrafos 3º, 4º e 5º desta cláusula, além de fornecer uma refeição no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), por período, podendo este valor ser, de comum acordo, pago diretamente ao empregado.

42 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO - As empresas participantes desta categoria deverão conceder aos seus empregados, aos sábados, refeição de boa qualidade no valor R\$ 20,00 (vinte reais), por período, podendo este valor ser, de comum acordo, pago diretamente ao empregado, além de um intervalo de 15 minutos para descanso e refeição.

Parágrafo 1º - Estão dispensadas do pagamento do vale refeição as empresas que oferecerem refeição aos seus empregados em refeitório próprio, seguindo as especificações contidas na N.R. 24. ou que seus colaboradores trabalhem até o limite de 04:00 horas ininterruptas.

Parágrafo 2º - O disposto nesta cláusula não se aplica às atividades do comércio cuja permissão para o trabalho se rege pelo artigo 7º do decreto nº 27.048/49, que regulamentou a Lei nº 605/49.

43 - MULTA - Fica estipulada multa no valor de R\$ 70,00 (setenta reais), a partir de 01 de setembro de 2018, por empregado, pelo descumprimento das obrigações de fazer contidas no presente instrumento, a favor do prejudicado.



Parágrafo único - A multa prevista nesta cláusula não será cumulativa com a multa prevista na cláusula nominada "CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS".

44 - ACORDOS COLETIVOS - Os sindicatos convenientes, objetivando o aprimoramento das relações trabalhistas e a solução de problemas envolvendo seus representados, obrigam-se à negociação e à celebração conjunta de termos de compromisso, ajustes de conduta ou acordos coletivos, envolvendo quaisquer empresas, associadas ou não, que integrem a respectiva categoria econômica, nos termos do disposto no inciso VI do art. 8º da Constituição Federal, sob pena de ineficácia e invalidade dos instrumentos pactuados.

Parágrafo único - Para os fins do disposto no caput, as empresas interessadas deverão dar ciência ao respectivo Sindicato Patronal para que este assuma a direção dos entendimentos entre os interessados, nos termos do disposto no art. 617 da CLT.

45 - CONTROLE ELETRÔNICO ALTERNATIVO DE JORNADA DE TRABALHO - Ficam as empresas autorizadas a adotar sistemas eletrônicos alternativos de controle de jornada de trabalho, conforme disposto no inciso X, do art. 611-A, da Lei 13.467/17 e na Portaria TEM 373/11, desde que observado o seguinte:

Parágrafo 1º - A adoção de sistema alternativo que melhor atenda ao sistema de controle de jornada da empresa deve cumprir as exigências que se seguem:

- I - estar disponível no local de trabalho;
- II - permitir a identificação de empregador e empregado;
- III - possibilitar, através da central de dados, a extração eletrônica e impressa do registro das marcações realizadas pelo empregado.

Parágrafo 2º - Ficam as empresas desobrigadas de utilizar mecanismo impressor em bobina de papel, integrado ao relógio de ponto.

Parágrafo 3º - As empresas disponibilizarão para todos os seus empregados, mensalmente, cópia de seu registro de ponto.

Parágrafo 4º - Os sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho não podem e não devem admitir:

- I- restrições à marcação do ponto;
- II - marcação automática do ponto;



- III - exigência de autorização previa para marcação de sobrejornada; e,
IV - a alteração ou eliminação dos dados registrados pelo empregado.

46 - COMUNICAÇÃO PRÉVIA - A entidade sindical representante da categoria profissional se obriga, na hipótese de convocação de empresas em razão de denúncias de irregularidades em face da legislação ou de descumprimento desta Convenção, a comunicar, previamente, a entidade sindical representante da categoria econômica para que, no prazo de 05 dias, esta preste assistência e acompanhe suas representadas.

47 - HOMOLOGAÇÃO - Fica orientado às partes, em caráter facultativo, que continuem mantendo a assistência sindical na rescisão contratual, que permanecerá sem ônus para o trabalhador e empregador, obedecidos dia e hora designados pelo sindicato profissional para a realização do ato.

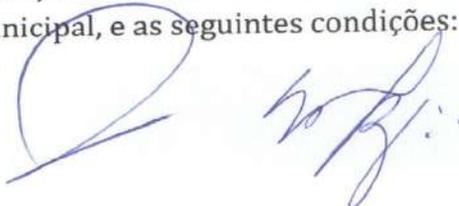
Parágrafo único - Se, por conveniência do empregador, este desejar ser atendido de forma especial, em caráter urgente, em dia e hora de sua preferência, ficará sujeito ao pagamento de uma taxa retributiva a ser fixada de comum acordo entre os sindicatos representativos de ambas as categorias, destinada a despesas do setor de homologação.

48 - PLANO DE RENDA COMPLEMENTAR - As entidades sindicais convenientes se comprometem a divulgar e incentivar junto às empresas e empregados integrantes de suas respectivas categorias, o PLANO FECOMERCIO DE RENDA COMPLEMENTAR, administrado pela FUNDAÇÃO FECOMERCIO DE PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA e gerido por representantes de empregados e empregadores.

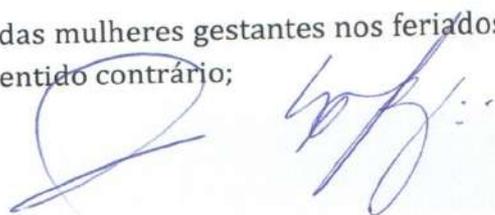
Parágrafo único - O Plano a que se refere o caput desta cláusula destina-se a empregados e empregadores, bem como a seus respectivos familiares, que pretendam dispor de um rendimento complementar à aposentadoria oficial.

49 - TRABALHO EM FERIADOS - Nas empresas em geral, fica permitido o trabalho em feriados, na forma das Leis n.º 605/49 e 10.101/00, conforme redação dada pela Lei n.º 11.603/07 e respeitada a legislação municipal, somente se observados os mesmos termos e condições estipulados nas Convenções Coletivas de Trabalho vigentes em cada município representado pelos sindicatos de empregados signatários da presente norma, onde houver.

Parágrafo 1º - Para esta base territorial, nos termos das disposições contidas no caput, fica permitido o trabalho em feriados, com exceção dos dias 25 de dezembro, 1º de janeiro e 1º de maio, respeitada ainda a legislação municipal, e as seguintes condições:



- a) as empresas deverão encaminhar requerimento ao SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE BIRIGUI que, após análise conjunta com o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO E EMPREGADOS DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO COMÉRCIO DO BIRIGUI e uma vez verificado o cumprimento integral da o Convenção Coletiva de Trabalho e o disposto na Lei Municipal nº 5.526/2012, que poderão ou não autorizar o trabalho, com exclusão daquelas com atividade constante da relação anexa ao Decreto n.º 27.048/49 e que já possuem autorização legal;
- b) apresentação, pela empresa, de declaração de que está sendo cumprida integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho;
- c) pagamento do acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal trabalhada;
- d) concessão de descanso compensatório em dia a ser estabelecido de comum acordo entre empresa e empregado, a ser gozado, no máximo, em até 60 (sessenta) dias a partir do mês seguinte ao trabalhado, sob pena de dobra;
- e) independente da carga horária trabalhada pelos empregados nos feriados, a folga compensatória deverá corresponder a um dia com jornada normal de trabalho, além de todas as vantagens e/ou benefícios convencionados neste instrumento;
- f) pagamento do vale transporte;
- g) indenização a título de alimentação, observado o seguinte:
- I - para os empregados que se ativam em jornada de até 06 (seis) horas - R\$ 33,00 (trinta e três reais);
- II - para os empregados que se ativam em jornada acima de 06 (seis) horas -R\$ 40,00 (quarenta reais);
- h) o pagamento e a concessão da folga pelas horas trabalhadas extraordinariamente em feriados não poderá ser substituído pelo acréscimo ou decréscimo no banco de horas dos empregados;
- i) fica proibido o trabalho dos menores e das mulheres gestantes nos feriados, exceto se os próprios se manifestarem por escrito no sentido contrário;





j) a recusa ao trabalho em feriados não se constituirá em infração contratual e nem poderá justificar qualquer sanção ao empregado;

k) quando o feriado a ser trabalhado recair em domingo, serão aplicadas as normas acima previstas para o trabalho em feriados;

Parágrafo 2º - Nos feriados eleitorais, observar-se-á a jornada máxima de 06 (seis) horas, obrigando-se as empresas a facilitar aos empregados o cumprimento da obrigação eleitoral.

50 - VIGÊNCIA - A presente Convenção terá vigência de 12 meses, contados a partir de 1º de setembro de 2018 até 31 de agosto de 2019.

Parágrafo único - Os efeitos desta norma se estenderão até a celebração de nova Convenção, respeitado o prazo de dois anos, consoante o disposto no art. 611-A da CLT.

Birigui, 23 de novembro de 2018.

Pelo **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO
COMÉRCIO E EMP. DAS ME E EPP DO
COMÉRCIO DE BIRIGUI**

FAUSTO BIGELI ROCHA

Presidente

CPF/MF nº 312.408.738-08

Pelo **SINDICATO DO COMÉRCIO
VAREJISTA DE BIRIGUI**

MAURÍCIO PAZIAN

Presidente

CPF/MF nº 125.923.468-13